

Prezado(a)s leitor(a)s:

Nesta edição da Revista de Extensão e Estudos Rurais trazemos a público o dossiê temático *Conflitos ambientais e violações de direitos humanos em contextos de grandes empreendimentos*, num esforço que se volta ao incentivo e à promoção dos estudos rurais que se dedicam aos conflitos que permeiam as múltiplas e complexas relações constituídas historicamente entre a sociedade e a natureza. A partir de quatro eixos orientadores (Questão-ambiental e relação global-local; Violações de direitos humanos; Política ambiental e institucionalização dos conflitos ambientais; Povos do campo, da floresta, dos rios e mares, agricultura familiar e camponesa, povos indígenas e tradicionais), buscamos contribuir para um debate que se atualiza a todo tempo não somente em virtude da cumulatividade e complexificação concernente aos estudos e aportes teórico-metodológicos, mas também pelos desafios que o cenário atual, atravessado pela desvalorização e negligência da agenda socioambiental no Brasil, impõe às reflexões nos espaços acadêmicos, políticos-institucionais e das lutas sociais.

O dossiê se inicia com a original, crítica e inquietante leitura do Professor Henri Acsehrad, que respondendo a questões que remetem aos desafios que a atual conjuntura política institui, em especial no que toca ao cumprimento da agenda ambiental pelo Estado brasileiro e a ação dos movimentos sociais, qualifica o debate e proporciona lentes de visão que se distanciam do olhar domesticado ao localizar uma problemática aparentemente “interna” numa trama econômica e social mais ampla, mundial e estrutural. O professor do IPPUR/UFRJ e pesquisador do CNPq, um dos principais responsáveis pela consolidação do campo de estudos dos conflitos ambientais no Brasil, reflete em sua entrevista sobre o processo de desregulação ambiental no país e sua correlação com o atual regime de acumulação mundial, suas consequências em termos de acirramento dos conflitos, violações de direitos humanos, étnicos e territoriais, sintomas típicos de um movimento que engendra a racialização do anti-ambientalismo. O ataque aos direitos dos povos e comunidades tradicionais, e também a perseguição e criminalização de movimentos sociais que tem no campo seu universo de atuação são expressões deste processo que se vale de reabilitações de recursos discursivos que tomam a luta por efetivação de direitos difusos e específicos, muitas vezes justificados por

políticas de conservação ambiental, como empecilhos ao desenvolvimento econômico e social.

O conjunto de investigações e análises que ora apresentamos neste dossiê somam oito artigos que tratam de forma mais ou menos explícitas os eixos orientadores, trazendo importantes subsídios para pensarmos os desafios atuais e o processo de ataque aos direitos humanos, ambientais, territoriais e étnicos que se desenham no cenário nacional dos últimos anos, não obstante os avanços e conquistas representadas pela constituição cidadã de 1988. A partir de afinidades temáticas identificamos dois grandes temas que de alguma forma apresentam aspectos elementares que caracterizam os conflitos ambientais no espaço agrário e rural brasileiro das últimas décadas, em especial a partir da Nova República, como também as reconfigurações latentes e já observadas no que tange ao papel da agenda ambiental, dos povos do campo e dos bens e recursos naturais no projeto político e econômico gestado nos últimos dois anos e consolidado pelo último pleito. Os artigos dialogam, assim, por um lado com os conflitos envolvendo a defesa de grupos sociais por reconhecimento e direitos específicos e, por outro, com os antagonismos que cercam os conflitos por terra e território.

Inicialmente dispomos os artigos que se agrupam em torno do tema *Conflitos ambientais e lutas sociais por reconhecimento e direitos dos atingidos por empreendimentos hidrelétricos*. No Brasil, desde a década de 1970, os conflitos ambientais impelidos por construção de hidrelétricas e suas estruturas associadas, como as barragens, tornaram-se emblemáticos e, logo, alvos de muitos estudos e problematizações acerca de um processo de luta que fez surgir novos sujeitos, direitos e jurisprudências, cuja consagração da noção de “atingidos” constitui expressão genuína.

Abrindo a seção, Rodica Weitzman em “*Organizações de atingidos pela UHE-Tucuruí: Regimes de verdade e constituição de ações coletivas*”, trata, numa perspectiva histórica e processual, das estratégias de organização e luta dos atingidos pela UHE-Tucuruí, instalada no estado do Pará, dando expressão à dinamicidade e inventividade na reivindicação de direitos e reconhecimento social dos atingidos pela hidrelétrica. Em *Disputas por el uso del agua para generación de energía en el municipio de Granada (Antioquia), Colombia* - Claudia Patricia Zuluaga Salazar, José Anibal Quintero Hernández e Jalcione Almeida Pereira analisam as disputas em torno do uso da água ao longo do processo de constituição do Complexo Hidrelétrico do Oriente Antioqueño, na

Colômbia, evidenciando como os distintos interesses acerca dos recursos e bens hídricos se contradizem no contexto socioambiental estudado. Trazendo também a discussão concernente às estratégias e táticas desempenhadas por movimentos sociais e atingidos por barragens de empreendimentos hidrelétricos, Leandro César Juárez Liberatori em *A memória política como estratégia de conformação e ação do Movimento de Atingidos pela barragem de Tucuruí* apresenta elementos que remontam ao uso da memória na conformação de um movimento social organizado em defesa dos direitos e reivindicações dos atingidos pela UHE-Tucuruí entre as décadas de 1970-1990. Por fim, encerrando a seção, Poliana Oliveira Cardoso, Sheila Maria Doula e José Ambrósio Ferreira Neto reconstituem, em *Intervenções governamentais e a emergência de novos conflitos: o desafio da reprodução socioeconômica dos (re) assentamentos rurais*, a problemática dos deslocamentos induzidos ou involuntários que permeiam a instalação de empreendimentos hidrelétricos no Brasil, alinhando a matéria ambiental à questão agrária/fundiária, operação que provoca a discussão da interseção de perspectivas analíticas nos estudos dos conflitos ambientais.

É justamente essa articulação de problemáticas e interseção de perspectivas de análise sobre os conflitos que tangenciam a relação sociedade-natureza que a segunda temática delimitada neste dossiê vai evidenciar. A coabitação de análises típicas aos conflitos por terra/território, regimes de uso, modos de vida e sociabilidades diferenciadas (não hegemônicas) com as interpretações que se desenvolvem em torno da problemática ambiental é explicitada pelo conjunto de artigos que agrupamos através da temática *Conflitos ambientais e disputas territoriais/fundiárias em torno de grandes empreendimentos e unidades de conservação da natureza*.

A seção é principiada pelo artigo *Mineração e conflito pela posse da terra em Canaã dos Carajás: o caso do acampamento planalto*, de autoria de Marcelo Melo dos Santos, Rafael Lopes Rodrigues e Thiago Martins da Cruz, que analisam como as atividades minerárias vêm competindo e desestabilizando projetos econômicos e de vida do campesinato em Canaã dos Carajás, em especial dos trabalhadores rurais sem-terra, ao ampliarem o controle e a posse das terras na cidade. Tratando do ambiente litorâneo do estado Espírito Santo, Luiz Henrique Vieira aborda em *Zonas de sacrifício: Impactos socioambientais e a pesca artesanal em Barra do Riacho, Aracruz/ES* os conflitos ambientais envolvendo comunidades e atividades tradicionais, ameaçadas e condenadas por uma confluência de grandes empreendimentos e atividades econômicas, públicas e privadas, fortemente predatórias. Os conflitos territoriais envolvendo povos e

comunidades tradicionais são tratados também por Queite Marrone Soares da Silva e Rumi Regina Kubo (UFRGS) em *Conflitos ambientais no Norte de Minas Gerais: a resistência dos vazanteiros*, trabalho em que analisam as transformações socioespaciais produzidas a partir da implementação do Projeto Guaíba no Norte de Minas Gerais, num processo em que a organização dos vazanteiros enquanto portadores de uma territorialidade tradicional apresenta-se como uma importante forma de resistência a perda de controle territorial e de reivindicação de direitos. Finalmente, encerrando o dossiê, em *O Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS) em perspectiva: turismo, pesca e conflito* Adriane Cristina Benedetti reflete sobre as contradições que atravessam a criação de Unidades de Conservação no Brasil, tendo como objeto de estudo os tensionamentos observados no âmbito de uma unidade de conservação integral no Sul do país.

Como aludido no início dessa apresentação, buscamos através deste dossiê trazer contribuições a um debate de importância particular nos estudos rurais, tanto pela complexidade teórico-metodológica que reclama, quanto pela atualidade que reverbera. Acreditamos que o momento nos desafia a pensar a noção de conflitos ambientais e como que, no Brasil, assim como nas periferias do sistema mundial, esses conflitos são atravessados pela questão agrária, tomando muitas das vezes forma de conflitos fundiários/territoriais, porém ancorados em antagonismos que refletem a desigualdade e o racismo ambiental, como bem tratado por Henri Acselrad na entrevista que podemos conferir a seguir.

Desejamos uma boa leitura e criativas reflexões.

Frederico Magalhães Siman

Marcelo Leles Romarco de Oliveira